

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da Companhia em relação ao mesmo período de 2008, exceto quando especificado em contrário.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2009, a Rio Grande Energia - RGE cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor, composto por mais de 1,2 milhão de clientes, em 262 municípios de sua área de atuação. No campo econômico-financeiro, a Receita Bruta total saltou 9,6% sobre o ano anterior e encerrou o período em R\$ 2,8 bilhões, resultando num Lucro Líquido de R\$ 163 milhões. As vendas de energia para o mercado cativo registraram 7.182 GWh (-0,2%) influenciadas pela redução do consumo da classe industrial. Destacam-se os crescimentos de 7,2% e 7,4%, respectivamente, nas classes residencial e comercial, que, juntas, representaram 40,2% do mercado da distribuidora. No exercício, foram adicionados 34 mil novos consumidores ao mercado da distribuidora, correspondente a 2,8%. A concessionária também obteve resultados positivos no combate às perdas comerciais, fruto da realização de 104 mil inspeções em unidades de consumo, com recuperação de 103 GWh. Os investimentos totalizaram R\$ 215 milhões, aplicados na expansão do sistema para atendimento ao crescimento do mercado e em melhorias e fortalecimento do sistema, contemplando, ainda, a melhoria dos serviços de atendimento ao cliente, a infraestrutura operacional, sistemas de suporte à operação e em programas de pesquisa e desenvolvimento. O esforço desenvolvido pela empresa, no exercício, resultou em um grande salto nos indicadores de qualidade do fornecimento de energia, em que foram registrados os melhores resultados da história da empresa. O FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi reduzido em 9%, e o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi reduzido em 6,3%, sobre os índices de 2008. Como resultado de seu compromisso com a prestação de serviços de qualidade ao mercado em que atua, a RGE foi finalista do Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ, da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ, o mais importante do país e um dos mais importantes do mundo na área da excelência da gestão. Conquistou também os Prêmios Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) de melhor Distribuidora da Região Sul, acima de 400 mil consumidores, e de Responsabilidade Social, no plano nacional. Tais reconhecimentos públicos reforçam as estratégias empresariais adotadas pela RGE, reafirmando o seu compromisso de contribuir para o bem estar da população e o desenvolvimento econômico e social das comunidades em que está presente.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

Ambiente Macroeconômico: O ano de 2009 se iniciou em meio a incertezas com relação aos rumos da economia global. Mas, ao longo do primeiro semestre, as preocupações foram se dissipando gradativamente, à medida que os pacotes de estímulos monetário e fiscal foram colocados em prática pelas autoridades econômicas em vários países e seus efeitos começaram a ser verificados na economia propriamente dita. O grande tema que deve concentrar as atenções no primeiro trimestre na agenda de 2010 é a estratégia de retirada desses estímulos, sem provocar desequilíbrios futuros para as economias nacionais. No ambiente interno, teremos o natural clima de disputa provocado pelas eleições presidenciais que, contudo, não deverá produzir mudanças no arcabouço básico da política econômica vigente desde 1999. Projetado para crescer entre 5% e 6%, o PIB brasileiro deverá voltar a refletir o ciclo de expansão interna observada entre 2004 e 2008, ficando o ano de 2009 e sua retração como apenas um marco da pausa temporária do vigor dos investimentos no Brasil recente. **Ambiente Regulatório:** O ano de 2009 foi marcado pela conclusão do processo de Revisão Tarifária Periódica, iniciado em 2007. Ao mesmo tempo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) desenvolveu outras frentes relacionadas ao aperfeiçoamento do arcabouço regulatório vigente, destacando-se: • Conclusão da Audiência Pública nº 001/2009 que resultou na publicação da Resolução Normativa nº 359/2009, que aprimora o processo de Incorporação de Redes Particulares; • Instauração da Audiência Pública nº 002/2009, resultando na publicação da Resolução Normativa nº 367/2009, por meio da qual foi implantado o novo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCSPEE), peça fundamental para o terceiro ciclo de Revisões Tarifárias. A revisão tarifária da RGE será realizada em 2013; • Conclusão da primeira revisão dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST), discutido no âmbito da Audiência Pública nº 033/2009, resultando na Resolução Normativa nº 395/2009, que modifica o tratamento dado aos indicadores de continuidade do fornecimento de energia, aumentando a importância dos indicadores individuais; • Aprovação da Resolução Aneel nº 387/2009, que estabelece a metodologia de cálculo do repasse final da Energia Livre aos Geradores. Outro tema relevante em 2009 foi a discussão em torno da proposta da Aneel de adequação da metodologia de cálculo do índice de Reajuste Tarifário Anual, mediante o estabelecimento de Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme a Audiência Pública nº 043/2009, com a proposta de neutralidade dos Encargos Setoriais. É importante, contudo, destacar que eventuais alterações aos contratos de concessão deverão ser objeto de negociação bilateral, envolvendo todos os agentes que atuam no segmento de Distribuição de Energia Elétrica. **Tarifas de Energia Elétrica:** Em abril de 2009, a Aneel estabeleceu o resultado definitivo da segunda Revisão Tarifária Periódica da RGE (iniciada em abril de 2008), alterando o posicionamento tarifário de -5,37% para -8,11%. O posicionamento tarifário total (incluindo componentes financeiros) passou de +4,77% para +2,34%. Em abril de 2009, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 18,95%, sendo 10,44% relativos ao Reajuste Tarifário de 8,50% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário Anual, correspondendo a um efeito médio de 3,43% a ser percebido pelos consumidores cativos. As novas tarifas entraram em vigor em 19 de abril de 2009. **Para mais detalhes referentes às tarifas de energia elétrica, ver Nota Explicativa nº 3b das Demonstrações Financeiras. Investimento Remunerável:** O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, faz parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, e foi homologado em caráter definitivo pela Resolução Homologatória Aneel nº 801, de 07/04/2009, assim constituído:

Descrição	Preços (R\$ Mil)	
	mar/2008	mar/2009
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.393.190	2.543.349
(2) Índice de Aproveitamento Integral	20.092	21.352
(3) Obrigações Especiais	180.049	191.346
(4) Bens Totalmente Depreciados	25.113	26.689
(5) Base de Remuneração Bruta		
Total = (1)-(2)-(3)-(4)	2.167.936	2.303.962
(6) Depreciação Acumulada	1.155.198	1.227.681
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.237.991	1.315.669
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	19.986	21.240
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.218.006	1.294.429
(10) Almoxxarifado em Operação	4.669	4.962
(11) Ativo Diferido	3.330	3.539
(12) Terrenos e Servidões	15.971	16.973
(13) Base de Remuneração Líquida		
Total = (1)-(6)-(8)-(3)+(10)+(11)+(12)	1.061.927	1.128.557
(14) Base de Remuneração Bruta - RGR/PLPT	19.538	20.764
(15) Depreciação Acumulada - RGR/PLPT	1.296	1.377
(16) Base de Remuneração Líquida - RGR/PLPT	18.242	19.386
(17) Taxa de Depreciação	4,18%	4,18%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (17) * (5)	90.620	96.306
Variação do IGP-M do período abr/2008 a mar/2009		6,27%

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Clientes: A RGE encerrou o ano com 1.232 mil clientes (acréscimo de 34 mil consumidores) o que representa um crescimento de 2,8%. O segmento residencial, que responde por 77,2% do total de clientes, cresceu 3,5% no exercício. **Vendas de Energia:** Em 2009, as vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 7.182 GWh, se mantendo praticamente estáveis (-0,2%), influenciadas pela redução da classe industrial. Destaca-se o crescimento das classes residencial e comercial que, juntas, representaram 40,2% do total consumido pelos clientes cativos: • **Classes Residencial e Comercial:** crescimento de 7,2% e 7,4%, respectivamente. A temperatura mais elevada que em 2008 e os efeitos acumulados do crescimento econômico, verificado nos últimos anos, fizeram com que essas classes mantivessem o crescimento elevado em 2009. • **Classe Industrial:** redução de 10,3% influenciada pela crise financeira internacional e seus impactos sobre a atividade industrial, sobretudo no que diz respeito às exportações e à produção de bens de capital (investimentos). Cabe observar, no entanto, que o desempenho do 4º trimestre de 2009 (-0,1%) foi substancialmente melhor que o verificado nos trimestres anteriores, quando essa classe registrava, em média, queda de 13,6%. A quantidade de energia correspondente ao consumo dos clientes livres na área de atuação da RGE, faturados por meio da TUSD, atingiu 830 GWh, com redução de 6,2%. No entanto, assim como no mercado cativo, foi registrada uma recuperação expressiva no 4º trimestre do ano, com aumento de 12,3% nas vendas por meio da TUSD, ante uma redução média de 11,8% nos três primeiros trimestres de 2009, comparados com o período anterior. **Para mais detalhes referentes à energia elétrica faturada (venda em R\$, em GWh e por classe de consumo), ver Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras. Perdas Comerciais:** A RGE continua intensificando as ações para o combate às perdas de energia. Entre outras iniciativas, a empresa realizou 104 mil inspeções de unidades consumidoras, o que proporcionou a recuperação de 103 GWh correspondentes a R\$ 46 milhões em receita. **Qualidade dos Serviços Prestados: Atendimento ao Cliente:** A RGE disponibiliza canais ágeis e confiáveis de atendimento, para assegurar facilidade de acesso e conforto aos seus clientes. Para isso, mantém uma estrutura diversificada de atendimento, adequada às especificidades de cada classe de cliente, composta por *Call Centers*, Agências de Atendimento, Agência Virtual e Gerentes de Contas que, em 2009, realizaram 4,6 milhões de atendimentos. **Fornecimento de Energia:** A RGE busca permanentemente fornecer energia elétrica com melhor qualidade e eficiência aos seus clientes. O esforço desenvolvido pela empresa se traduz pela melhoria contínua dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia, fruto, principalmente, dos investimentos realizados na modernização e em programas de manutenção preventiva e preditiva do sistema elétrico. Em 2009, o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 8,80 vezes, e o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, ficou em 14,45 horas, representando uma redução de 9% e 6,3%, respectivamente, sobre os resultados de 2008. Estes foram os melhores índices de toda a história da RGE e foram possíveis, também, graças aos elevados investimentos no sistema elétrico, com destaque à continuidade do plano de substituição de postes de madeira, em final da vida útil, por outros de concreto. **Qualidade do Faturamento:** Em 2009, o índice de contas retidas (número de contas retidas a cada 10 mil emissões) manteve-se em 1,2, destacando-se ainda como um dos melhores do País.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas. **Receita Operacional:** A RGE alcançou Receita Bruta de R\$ 2.812 milhões, o que representou um crescimento de 9,6% (R\$ 246 milhões), devido principalmente ao reajuste tarifário de +18,95%, com vigência a partir de abril de 2009. **Geração Operacional de Caixa (EBITDA):** A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 393 milhões, o que representou um crescimento de 2,6% (R\$ 13 milhões) refletindo, principalmente, o aumento de 10,5% na Receita Líquida (R\$ 174 milhões) e a redução de 5,7% nos Custos e Despesas Operacionais (R\$ 12 milhões), dos quais se excluem os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 16,3% no Custo com Energia Elétrica (R\$ 176 milhões). O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização e entidade de previdência. **Lucro Líquido do Exercício:** Em 2009, a RGE apurou Lucro Líquido de R\$ 163 milhões, o que representou uma redução de 0,4% (R\$ 0,7 milhão), refletindo, principalmente: (i) o aumento da depreciação e amortização (R\$ 12,8 milhões); (ii) o efeito negativo no item de Entidade de Previdência Privada (R\$ 3,2 milhões); e (iii) o efeito negativo do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social (R\$ 2,8 milhões). Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 2,6% (R\$ 12,8 milhões) no EBITDA e pela redução nas despesas financeiras líquidas (R\$ 6,1 milhões). **Endividamento:** No final de 2009, a dívida financeira (incluindo *hedge*) atingiu R\$ 879 milhões, com redução de 1,5%. **Mais informações sobre o endividamento se encontram nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 29.**

5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 215 milhões, dos quais R\$ 101 milhões destinados à expansão do sistema elétrico, para atender ao crescimento do mercado, e R\$ 114 milhões aplicados em obras de melhorias e manutenção do sistema elétrico, serviços de atendimento aos clientes, infraestrutura operacional, sistemas de suporte à operação e em programas de pesquisa e desenvolvimento. **Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição (GISD):** A RGE deu continuidade à implantação do Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição (GISD), dando início à segunda fase do projeto, que compreende os desenvolvimentos necessários em TI.

6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A RGE mantém programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona. Mais informações sobre os programas estão em www.rge-rs.com.br. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética:** O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética é um conjunto de dispositivos gerenciais que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos. Em 2009, foram desenvolvidas as seguintes atividades na RGE: a divulgação das ações do Comitê de Ética e a manutenção e atualização do portal *Ética em Rede* (www.cpf.com.br/etica). **Gestão da Excelência Empresarial:** A RGE mantém um Sistema de Gestão Integrado - SGI que visa padronizar e certificar os principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade (ISO 9001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000). A aderência do sistema é monitorada permanentemente por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas. A RGE adota em sua gestão o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ. No período, destacamos que a RGE foi finalista no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ. **Programa de Eficiência Energética e P&D:** Os investimentos em programas de eficiência energética totalizaram R\$ 9,9 milhões, aplicados, prioritariamente, em projetos voltados para comunidades de baixo poder aquisitivo, com ações de regularização de unidades consumidoras e de distribuição de equipamentos eficientes. Ainda foram desenvolvidos projetos na área

industrial, no poder público e em serviços públicos. A RGE também investiu R\$ 3,1 milhões em 27 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo nove referentes ao ciclo 2007/2008 e 18 projetos cooperados com outras distribuidoras. Os principais projetos desenvolvidos foram: "Sistema de Previsão de Carga baseado em Cadeias de Markov extraídas de Redes Neurais Temporais"; "Lote Pioneiro Cruzeta de Concreto Leve"; e "Redes e Mercados de Inovação". **Gestão de Recursos Humanos:** A RGE encerrou o exercício com 1.470 colaboradores (1.466 em 2008) e rotatividade de 8,4%. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de oito anos e a idade média do quadro, de 33 anos. Em 2009, o número médio de horas de treinamento por colaborador alcançou 41,8 horas. Outro aspecto que merece destaque no exercício diz respeito à gestão do clima organizacional, fator de extrema importância no desempenho da companhia. O investimento feito na formação de líderes, gestores e dirigentes, resultou em uma percepção positiva junto aos colaboradores, conforme apontado por indicadores que medem o grau de satisfação e engajamento do time. **Relacionamento com a Comunidade:** Entre as ações realizadas em 2009, que visaram contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, destacam-se: • **CPFL Cultura:** no ciclo 2009/2010 a programação está orientada para a discussão dos temas aquecimento global e mudança climática, energia e crise econômico-financeira mundial. A TV Cultura de São Paulo transmite semanalmente os programas *Café Filosófico* e *Invenção do Contemporâneo* em sua grade e todo o acervo *CPFL Cultura* está disponível também no portal www.cpfcultura.com.br. Na região de atuação da RGE, o CPFL Cultura é desenvolvido presencialmente no município de Caxias do Sul. A iniciativa é realizada predominantemente com recursos oriundos de incentivos fiscais. • **Rede Parceria Social:** reúne as principais empresas do Rio Grande do Sul no apoio a projetos de assistência social. A Rede atua na adoção e apadrinhamento de crianças e adolescentes em situação de risco social. O projeto é realizado com a utilização de incentivos previstos pela Lei da Solidariedade Estadual. Em 2009, a RGE foi parceira da ONG Educacitã - Instituto de Educação Integral, com sede em Caxias do Sul. Juntas, responderam pelo projeto Novo Tempo, de inclusão social de crianças e adolescentes, em sete municípios distintos. • **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA):** a RGE realizou a doação de R\$ 92 mil a entidades sociais que atendem crianças e adolescentes, beneficiando nove projetos em nove municípios de sua área de atuação. • **RGE e Você, Amigos das Crianças:** arrecadação de doações através das contas de energia elétrica dos clientes da RGE para os programas da Unicef. Em 2009, as contribuições dos clientes da RGE somaram R\$ 862 mil, o maior valor arrecadado em seis anos. • **Projeto Cidadão RGE:** promove e estimula a cidadania e o trabalho voluntário, por meio da divulgação de matérias jornalísticas com ações voluntárias de responsabilidade social, desenvolvidas por indivíduos ou organizações. Em Passo Fundo, foram selecionados dez projetos sociais para publicação no jornal *O Pioneiro*. Já em Caxias do Sul, foram selecionados 12 projetos sociais para publicação no *Diário da Manhã*. • **Conta em Braille:** serviço gratuito aos clientes portadores de deficiência visual, que têm a opção de receber extrato de conta de energia elétrica na linguagem braille. Em 2009, foram emitidas 220 faturas de energia em braille. • **RodaCine RGE:** patrocínio da unidade móvel equipada com projetor, tela e sistema de som para os municípios gaúchos que, preferencialmente, não possuem sala de cinema. Com programação composta por filmes nacionais, as sessões são gratuitas. O RodaCine é uma iniciativa do Governo do Estado do RS, através da Secretaria Estadual da Cultura e do Iecine (Instituto Estadual de Cinema), e é realizado pela Fundacine (Fundação de Cinema-RS). Desde 2001, o público acumulado supera 372 mil pessoas em 360 municípios do Rio Grande do Sul. • **Promoção da Cultura e das Tradições Gaúchas:** apoio à realização de projetos culturais em diversos municípios da área de concessão da RGE, com objetivo de estimular a economia local e o desenvolvimento cultural e turístico da cidade. Em 2009, também foram apoiados outros eventos dentro da área de concessão, como Natal Luz, em Gramado, Sonho de Natal, em Canela, Natal no Morro, em Arvorezinha, Fenamilho, em Santo Ângelo, Cantata Natalina, em Passo Fundo entre outros. **Relacionamento com Fornecedores:** A RGE desenvolve um programa permanente de desenvolvimento de fornecedores com o objetivo de disseminar os critérios de excelência e diretrizes de responsabilidade e sustentabilidade corporativa em sua cadeia de valor. No exercício foram executadas ações de implantação do programa de avaliação das empreiteiras, com base nos quesitos do Sistema de Gestão Integrado (SGI), e a implantação das inspeções de material nas fábricas dos fornecedores. **Gestão Ambiental:** A RGE manteve sua certificação ISO 14001 para o sistema de redes de distribuição de energia, mantendo também cobertura para o escopo de subtransmissão de energia, que abrange 16 subestações e 14 linhas de transmissão. Destacam-se também no exercício as seguintes ações e programas: • **Campanhas de Distribuição de Mudas de Árvores:** em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a RGE entregou 28 mil mudas de árvores nativas raras, a maioria delas diretamente aos clientes da concessionária; • **Projeto Matas Ciliares:** em parceria com organizações locais, a RGE entregou 44 mil mudas de árvores para recuperação das margens do Rio Pratos, possibilitando a recuperação de 176 mil m² de áreas degradadas. Em execução desde 2006, o projeto já auxiliou a recuperação de 3.330.000 m²; • **Arboreto Alto Uruguai:** em parceria com o município de Barão de Cotegipe, foram realizadas ações para revitalização do Arboreto Alto Uruguai (www.rgers.com.br/gestaoambiental/arboreto/arboreto.asp); • **Programa de Obras em Subestações:** construção de sistemas para controle de vazamentos de óleo em subestações, que são constituídos por caixas especiais de concreto, que retêm óleo na eventual ocorrência de vazamentos acidentais. Em 2009, foram realizadas obras em oito subestações; • **Programa de Adequação de Áreas para Armazenamento de Transformadores:** consiste em melhorias nos locais de armazenamento de transformadores de distribuição com objetivo de controlar vazamentos de óleo dos equipamentos. Em 2009, foram realizadas obras em três prédios da RGE. Por fim, visando atender à premissa estabelecida em sua política ambiental, de buscar a melhoria contínua nas atividades desenvolvidas, a RGE adotou iniciativas voltadas à redução dos impactos ambientais provocados por suas atividades. Mais detalhes sobre os programas e ações do sistema de gestão ambiental podem ser encontrados no site www.rge-rs.com.br. **Para mais detalhes referentes aos Programas de Gestão dos Impactos Ambientais, ver Nota Explicativa nº 31.**

7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2009, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da RGE agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2009. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL, acesse os endereços www.rge-rs.com.br e www.cpf.com.br

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2009 (*)

	2009 Valor (mil reais)			2008 Valor (mil reais)		
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)		1.841.043			1.666.571	
Resultado operacional (RO)		138.100			134.513	
Folha de pagamento bruta (FPB)		64.898			61.652	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.019	10,82%	0,38%	6.218	10,09%	0,37%
Encargos sociais compulsórios	17.169	26,46%	0,93%	16.831	27,30%	1,01%
Previdência privada	4.468	6,88%	0,24%	3.393	5,50%	0,20%
Saúde	3.153	4,86%	0,17%	2.806	4,55%	0,17%
Segurança e saúde no trabalho	1.652	2,55%	0,09%	2.165	3,51%	0,13%
Educação	12	0,02%	0,00%	102	0,17%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.811	2,79%	0,10%	2.895	4,70%	0,17%
Creches ou auxílio-creche	320	0,49%	0,02%	238	0,39%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	3.653	5,63%	0,20%	4.321	7,01%	0,26%
Outros	1.131	1,74%	0,06%	1.503	2,44%	0,09%
Total - Indicadores Sociais Internos	40.388	62,24%	2,19%	40.472	65,66%	2,42%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	467	0,34%	0,03%	955	0,71%	0,06%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	467	0,34%	0,03%	955	0,71%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	890.235	644,64%	48,27%	821.176	610,48%	49,21%
Total - Indicadores Sociais Externos	890.702	644,97%	48,29%	822.131	611,19%	49,27%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.429	1,03%	0,08%	1.449	1,08%	0,09%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	10.076	7,30%	0,55%	5.084	3,78%	0,31%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	11.505	8,33%	0,63%	6.533	4,86%	0,40%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2009			2008	
Nº de empregados(as) ao final do período		1.470			1.466	
Nº de admissões durante o período		160			290	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		1.620			0	
Nº de estagiários(as)		52			61	
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		146			153	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		290			298	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		21,43%			1,09%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		66			68	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0,28%			0,34%	
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		62			63	
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania empresarial		2009			2008	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		34,11			74,15	
Número total de acidentes de trabalho		6			5	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 52.997	no Procon 1.056	na Justiça 1.410	na empresa 46.463	no Procon 896	na Justiça 1.303
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100,00%	no Procon 100%	na Justiça 69%	na empresa 100%	no Procon 99%	na Justiça 67%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: 1.279.238			Em 2008: 1.199.313		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	70,61% governo	5,88% colaboradores(as)		69,51% governo	5,71% colaboradores(as)	
	5,64% acionistas	10,74% terceiros	7,13% retido	6,14% acionistas	11,10% terceiros	7,54% retido
7 - Outras Informações						
Responsável pelo preenchimento: Paulo Regis Barato da Silva - Tel.: (54) 3206-3004 - pbarato@rge-rs.com.br						
(*) Informações não examinadas pelos Auditores Independentes.						

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Em milhares de reais)

	2009	2008		2009	2008
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Disponibilidades (nota 4)	91.610	41.985	Fornecedores (nota 13)	186.228	191.981
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5)	346.544	370.986	Encargos de dívidas (nota 14)	999	4.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.277)	(27.165)	Empréstimos e financiamentos (nota 14)	67.401	83.524
Tributos a compensar (nota 6)	19.269	25.918	Encargos de debêntures (nota 15)	21.263	25.584
Créditos fiscais diferidos (nota 9)	29.148	26.886	Debêntures (nota 15)	-	205.703
Derivativos	543	15.409	Derivativos	-	3
Estoques	6.537	6.434	Taxas regulamentares (nota 17)	12.365	14.824
Diferimento de custos tarifários (nota 3)	53.685	60.985	Tributos e contribuições sociais (nota 18)	35.774	42.246
Despesas pagas antecipadamente (nota 8)	30.455	9.683	Débitos fiscais diferidos (nota 9)	2.258	9.077
Outros créditos (nota 10)	26.799	16.033	Dividendos (nota 21)	121.955	59.871
	596.313	547.154	Entidade de previdência privada (nota 16)	3.089	2.376
			Diferimento de ganhos tarifários (nota 3)	48.095	1.438
Não Circulante			Obrigações estimadas	8.941	7.265
Realizável a longo prazo			Outras contas a pagar (nota 20)	60.459	84.757
Aplicações financeiras (nota 4)	-	21.821		568.827	732.664
Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5)	50.343	42.944	Não Circulante		
Tributos a compensar (nota 6)	18.830	18.109	Empréstimos e financiamentos (nota 14)	199.717	183.138
Créditos fiscais diferidos (nota 9)	241.812	271.114	Derivativos	113	-
Depósitos judiciais (nota 19)	66.438	80.512	Debêntures (nota 15)	590.004	406.200
Derivativos	45	191	Débitos fiscais diferidos (nota 9)	-	50
Diferimento de custos tarifários (nota 3)	7.355	14.928	Entidade de previdência privada (nota 16)	3.365	-
Despesas pagas antecipadamente (nota 8)	1.184	1.629	Diferimento de ganhos tarifários (nota 3)	12.289	-
Outros créditos (nota 10)	11.571	11.968	Provisão para contingências (nota 19)	47.297	52.918
	397.578	463.216	Obrigações estimadas	540	629
			Outras contas a pagar (nota 20)	42.627	42.525
Permanente				895.952	685.460
Imobilizado (nota 11)	1.191.188	1.105.180	Patrimônio líquido (nota 21)		
Intangível (nota 12)	457.894	480.768	Capital social	851.861	830.924
	1.649.082	1.585.948	Reservas de capital	313.062	333.999
Total do ativo	2.642.973	2.596.318	Reservas de lucros	13.271	13.271
				1.178.194	1.178.194
			Total do passivo e patrimônio líquido	2.642.973	2.596.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



Companhia Aberta

www.cpfl.com.br

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por grupo de mil ações)**

	2009	2008
Receita operacional (nota 22)		
Fornecimento de energia elétrica	1.347.313	1.271.935
Suprimento de energia elétrica	71.223	57.191
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	1.328.317	1.237.758
Outras receitas operacionais	65.622	(774)
	2.812.475	2.566.110
Deduções da receita operacional		
ICMS	(537.937)	(505.034)
PIS	(46.412)	(43.248)
COFINS	(213.749)	(198.099)
Reserva global de reversão	(19.336)	(17.460)
Encargos tarifários emergenciais	-	(2)
Programa de eficiência energética	(9.216)	(8.499)
Pesquisa e desenvolvimento	(9.216)	(8.499)
Conta de desenvolvimento energético	(69.975)	(61.233)
Proinfa	(3.353)	(2.115)
Conta consumo de combustível	(62.238)	(55.350)
	(971.432)	(899.539)
	1.841.043	1.666.571
Receita operacional líquida		
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica (nota 23)		
Energia elétrica comprada para revenda	(1.035.736)	(901.264)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(221.764)	(180.029)
	(1.257.500)	(1.081.293)
Custo de operação		
Pessoal	(21.224)	(21.209)
Entidade de previdência privada	300	-
Material	(6.300)	(6.261)
Serviços de terceiros	(28.275)	(21.468)
Depreciação e amortização	(80.343)	(69.562)
Outros custos de operação	464	(4.443)
	(135.378)	(122.943)
Custo de serviço prestado a terceiro		
Pessoal	(103)	(123)
Depreciação e amortização	(660)	(660)
Custos com manutenção	(991)	(991)
	(1.754)	(1.774)
Lucro operacional bruto	446.411	460.561
Despesas operacionais (nota 24)		
Despesas com vendas	(44.170)	(61.312)
Despesas gerais e administrativas	(86.756)	(74.964)
Amortização de ágio	(20.316)	(22.685)
Outras despesas operacionais	(17.336)	(19.822)
	(168.578)	(178.783)
Resultado do serviço	277.833	281.778
Resultado Financeiro (nota 25)		
Receitas	67.180	57.114
Despesas	(206.913)	(204.379)
	(139.733)	(147.265)
Resultado operacional	138.100	134.513
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.100	134.513
Imposto de renda (nota 9)	(34.567)	(32.422)
Contribuição social (nota 9)	(12.322)	(11.690)
Reversão de juros s/capital próprio	72.162	73.632
Lucro líquido do exercício	163.373	164.033
Lucro líquido por grupo de mil ações - R\$	202,40	203,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)**

	2009	2008
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro Líquido Incluindo IRPJ e CSLL	210.262	208.145
Ajustes para Conciliar o Lucro ao Caixa		
Oriundo das Atividades Operacionais		
Depreciação e Amortização	118.051	104.593
Provisão para Contingências	2.542	(400)
Juros e Atualizações Monetárias	88.941	103.330
Instrumentos Derivativos	518	(15.597)
Gastos com Plano de Pensão	(300)	(3.683)
Perdas (Ganhos) na Baixa de Ativo Imobilizado e Investimento	13.795	16.260
Outros	-	1.558
Aumento (Redução) nos Ativos Operacionais		
Consumidores, Concessionárias e Permissonárias	(1.845)	12.131
Tributos a Compensar	9.610	21.659
Estoques	(103)	(139)
Diferimento de Custos Tarifários	14.873	(47.682)
Depósitos Judiciais	8.453	(12.085)
Outros Ativos Regulatórios - Sobre Contratação de Energia	(16.918)	1.868
Outros Ativos Operacionais	7.383	16.037
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(5.753)	15.971
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(27.127)	(34.908)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	(20.569)	(22.795)
Folha de Pagamento	1.460	(914)
Diferimento de Ganhos Tarifários	58.946	(10.574)
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	4.378	(3.205)
Encargos de Dívidas - Pagos	(94.050)	(123.806)
Taxas Regulamentares	(2.459)	4.036
Revisão Tarifária	(10.691)	-
Outros Passivos Regulatórios - Sobre Contratação de Energia	(7.464)	7.464
Outros Passivos Operacionais	(9.047)	50.026
Caixa Utilizado Oriundo nas Atividades Operacionais	342.886	287.290
Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	(207.078)	(215.217)
Adições ao Intangível	(8.187)	(10.680)
Titulos e Valores Mobiliários	-	481
Acréscimo de Obrigações Especiais	15.740	3.356
Venda de Ativos Permanentes	5.205	17.263
Utilização de Caixa em Atividades de Investimento	(194.320)	(204.797)
Atividades de Financiamento		
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	611.745	391.764
Amortização de Principal de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(620.221)	(291.805)
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(90.465)	(187.737)
Utilização de Caixa em Atividades de Financiamento	(98.941)	(87.778)
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	49.625	(5.285)
Saldo Inicial das Disponibilidades	41.985	47.270
Saldo Final das Disponibilidades	91.610	41.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital					Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Remuneração dos bens e direitos do capital próprio	Subvenção para investimentos	Reserva de reavaliação			
Em 31 de dezembro de 2007	830.924	62.536	264.326	6.916	221	141.133	17	1.319.344	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	164.033	164.033	
Reserva de Reavaliação									
Estorno da reserva de reavaliação cfe Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	(141.133)	-	(141.133)	
Destinação do Lucro:									
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(62.615)	(62.615)	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(73.632)	(73.632)	
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	(27.803)	(27.803)	
Em 31 de dezembro de 2008	830.924	62.536	264.326	6.916	221	13.271	163.373	1.178.194	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	180	180	
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de Capital (Incorporação CPFL Serra)	20.937	-	(20.937)	-	-	-	-	-	
Destinação do Lucro:									
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(41.002)	(41.002)	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(72.162)	(72.162)	
Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	(50.389)	(50.389)	
Em 31 de dezembro de 2009	851.861	62.536	243.389	6.916	221	13.271	163.373	1.178.194	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais)**

	2009	2008
1 - Receitas	2.976.515	2.703.679
1.1 Receita de Venda de Energia e Serviços	2.812.475	2.566.110
1.2 Outras Receitas	-	-
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	154.494	146.898
1.4 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.631	(9.167)
1.5 Provisão para Perdas na Realização de Ativos Regulatórios	(85)	(162)
2 - (-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.647.066)	(1.456.888)
2.1 Custo de Energia Comprada	(1.381.068)	(1.192.439)
2.2 Materiais	(55.384)	(51.633)
2.3 Serviços de Terceiros	(130.618)	(124.295)
2.4 Outros	(78.242)	(86.747)
2.5 Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(1.754)	(1.774)
3 - Valor Adicionado Bruto (1+2)	1.329.449	1.246.791
4 - Retenções	(117.391)	(104.594)
4.1 Depreciação e Amortização	(97.075)	(81.909)
4.2 Amortização do Intangível de Concessão	(20.316)	(22.685)
5 - Valor Adicionado Líquido Gerado (3+4)	1.212.058	1.142.197
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	67.180	57.114
6.1 Receitas Financeiras	67.180	57.114
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	1.279.238	1.199.311
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	75.218	68.536
8.1.1 Remuneração Direta	43.883	42.046
8.1.2 Benefícios	25.610	20.356
8.1.3 F.G.T.S.	5.725	6.134
8.2 Impostos, Taxas e Contribuições	903.229	833.623
8.2.1 Federais	364.775	328.206
8.2.2 Estaduais	538.362	505.327
8.2.3 Municipais	92	90
8.3 Remuneração de Capitais de Terceiros	137.418	133.119
8.3.1 Juros	134.751	130.747
8.3.2 Aluguéis	2.667	3.365
8.3.3 Outras	-	(993)
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	163.373	164.033
8.4.1 Juros sobre o Capital Próprio	72.162	73.632
8.4.2 Dividendos	91.211	90.401
	1.279.238	1.199.311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia Rio Grande Energia ("RGE" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
A Sociedade detém a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.
A área de concessão da Sociedade contempla 262 municípios. Entre os principais estão Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo a aproximadamente 1,2 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 (conversão da Medida Provisória nº 449/08), (ii) segundo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, (iii) em conformidade com as normas definidas pela ANEEL, (iv) tendo como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e vigentes em 31 de dezembro de 2009.
A Sociedade analisou todas as orientações emitidas pelo CPC, vigentes e aprovadas pela CVM, tendo atendido de forma integral a todos os conceitos estabelecidos.
A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 08 de fevereiro de 2010.

2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis
a) Disponibilidades - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas aos respectivos valores de mercado.
b) Consumidores, concessionárias e permissonárias - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, as outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.
d) Imobilizado - Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme definição do órgão regulador.
e) Intangível - Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem. Os ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.
f) Redução ao valor recuperável - Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.
g) Atualizações de direitos e obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais estão atualizados até as datas dos balanços, e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.

continua →



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Imposto de renda e contribuição social - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. Registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágio incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão.

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 11.941/09, que institui o Regime Tributário de Transição - RTT de apuração do Lucro Real, a Sociedade e suas controladas optaram por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicou-se ao biênio 2008 - 2009, de forma irrevogável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

i) Plano de aposentadorias e Pensão - Inclui os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 371/00.

j) Provisão para contingências - As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures - Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

l) Derivativos - São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais de determinados passivos. Os referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.

m) Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumo que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.

n) Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

o) Lucro líquido por ação - É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços.

2.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

Em consonância com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e com a Deliberação CVM 457/07, durante o exercício de 2009, o CPC emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações Contábeis que têm por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade ("IFRS"). Estes novos Pronunciamentos aplicam-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

Até 31 de dezembro de 2008, a CVM havia aprovado os Pronunciamentos CPCs 01 a 14 e Orientações OCPCs 01 e 02, os quais foram integralmente analisados e contemplados pela Sociedade e suas controladoras conforme descrito na nota 02.

Os demais Pronunciamentos, Interpretações e Orientações aprovados pela CVM em 2009 estão, atualmente, em fase de análise pela Sociedade. O resultado preliminar de tal análise indica que as normas que impactariam as Demonstrações Financeiras com maior relevância são:

i. ICPC 01 - Contratos de Concessão: Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento preliminar da Sociedade é que esta interpretação é aplicável às concessões do serviço de distribuição de energia elétrica. O impacto mais provável nas Demonstrações Financeiras será a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e de Obrigações Especiais para (a) o Ativo Intangível referente ao direito da cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da concessão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando o direito incondicional da Sociedade de recebimento de caixa.

Devido à complexidade destas mudanças, a Sociedade está avaliando os impactos da aplicação da interpretação em suas Demonstrações Financeiras, além disso, têm participado de discussões e debates com outros agentes do setor elétrico, órgãos reguladores e associações de classes.

Desta forma, a Sociedade avalia que não é possível, no cenário atual, quantificar com segurança os impactos da adoção da interpretação ICPC 01.

ii. CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Este Pronunciamento define diretrizes e requisitos mínimos para estrutura, conteúdo e apresentação das demonstrações contábeis. A Sociedade está realizando análises sobre eventuais impactos deste pronunciamento, principalmente quanto à alteração de peças contábeis, como por exemplo a inclusão de "Outros Resultados Abrangentes" nas Demonstrações do Resultado e da Mutação do Patrimônio Líquido, a segregação da parcela de acionistas controladores e não-controladores nestas peças e a proibição de encontro de contas no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado.

iii. CPC 27 - Imobilizado: Este Pronunciamento estabelece os principais pontos a serem considerados na contabilização de um ativo imobilizado, incluindo a composição dos custos e métodos permitidos para o cálculo da depreciação. A Sociedade analisa também a interpretação ICPC 10 "Entendimento sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28" e os possíveis impactos sobre o saldo de Ativo Imobilizado na data de transição.

iv. CPC 33 - Benefícios a Empregados: Este Pronunciamento trata da contabilização e da divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Devido à complexidade do tratamento contábil previsto pela norma, a Sociedade está analisando as melhores alternativas de contabilização, conforme rege o Pronunciamento.

3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)						
Energia Livre	121	38	159	132	145	277
Descontos TUSD (*) e Irrigação	3.139	-	3.139	3.052	2.933	5.985
	3.260	38	3.298	3.184	3.078	6.262
Diferimento de Custos Tarifários						
CVA (**)	53.685	7.355	61.040	60.985	14.928	75.913
	53.685	7.355	61.040	60.985	14.928	75.913
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 8)						
Subvenção Baixa Renda	6.228	-	6.228	2.088	-	2.088
Descontos TUSD (*) Geradoras PIS e COFINS - Repasse Geradores	-	-	-	3.504	-	3.504
Sobrecontratação	-	-	-	69	-	69
Outros Componentes Financeiros	17.758	-	17.758	840	-	840
	5.500	-	5.500	2.437	-	2.437
	29.486	-	29.486	8.938	-	8.938

	2009			2008		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos						
Diferimento de Ganhos Tarifários						
CVA (**)	(48.095)	(12.289)	(60.384)	(1.438)	-	(1.438)
	(48.095)	(12.289)	(60.384)	(1.438)	-	(1.438)
Outras Contas a Pagar (nota 20)						
Revisão Tarifária	(15.270)	-	(15.270)	(25.961)	-	(25.961)
Sobrecontratação	-	-	-	(7.464)	-	(7.464)
Descontos TUSD (*) e Irrigação	(199)	-	(199)	-	-	-
Outros Componentes financeiros	(262)	-	(262)	(12.448)	-	(12.448)
	(15.731)	-	(15.731)	(45.873)	-	(45.873)
Total líquido	22.605	(4.896)	17.709	25.796	18.006	43.802

(*) Tarifa de uso do Sistema de Distribuição

(**) Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela "A"

a) Energia livre: A Lei 10.438/02, de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), denominada como "Energia Livre", realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, fossem repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. Adicionalmente, a Sociedade constituiu provisão para perdas no recebimento deste ativo (R\$ 74 em 2009 e R\$ 162 em 2008), tendo em vista que os prazos de recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL deverão ser observados irremediavelmente, não havendo nenhum aspecto que autorize sua ampliação pelas concessionárias, conforme disposto no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária: A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 636/08, estabeleceu, em caráter provisório, o reajuste das tarifas da Sociedade em um percentual de 4,77%, sendo -5,37% relativos ao posicionamento tarifário e 10,15% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Foi, também, estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,66% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

	2009	2008
Receita Verificada	1.950.452	1.950.452
Encargos Setoriais	191.388	191.388
Compra de Energia Elétrica	948.665	948.665
Transporte de Energia	184.653	184.653
Parcela A	1.324.707	1.324.707
Remuneração Bruta de Capital	179.713	179.713
Quota Depreciação	97.139	97.139
Empresa de Referência	241.662	241.662
Inadimplência	14.548	14.548
Parcela B	533.062	533.062
Receita Requerida (Parc. A + B)	1.857.769	1.857.769
(-) Outras Receitas	(12.170)	(12.170)
Receita Requerida Líquida	1.845.598	1.845.598
Componentes Financeiros	187.320	187.320
CVA	32.364	32.364
PA Rede básica	56	56
Programa Luz para Todos	(466)	(466)
Passivo Suprimento (Resolução 243/2006)	(16.594)	(16.594)
Passivo Financeiro mudança TUSDg	11.679	11.679
Previsão Subsídios	27.210	27.210
Subsídios Tarifários	24.497	24.497
Garantia Financeira	94	94
Laudo de Avaliação de Ativos	235	235
Campanha de Medidas	589	589
Sobrecontratação/Dif. Submercado	2.801	2.801
Recálculo IRT 2007 - Compra de Energia - Proinfra	129	129
Previsão Subsídio para Cooperativas	104.725	104.725
Reposicionamento Econômico	-5,37%	-5,37%
Componentes Financeiros	10,15%	10,15%
Reposicionamento Total	4,77%	4,77%

c.3) Sobrecontratação:

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. Os montantes de energia previstos no contrato de suprimento da Sociedade com a AES Uruguiana, não mais foram registrados na CCEE a partir de setembro de 2008, levando a Sociedade a condição de "exposição involuntária", reconhecida pela ANEEL por meio do despacho nº 768 de 03 de março de 2009, do montante total de energia contratada.

c.4) Subvenção - Baixa Renda:

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80Kwh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220 Kwh desde que atendidos alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser identificados a partir do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL definiu que parte desse subsídio, sempre que possível, seria reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária mediante a consideração de componente financeiro na tarifa. Caso essa compensação não possa ocorrer integralmente via tarifa haveria a transferência de recursos da CDE para complementação desse subsídio.

A ANEEL estabeleceu uma nova sistemática concedendo adiantamentos tarifários para cobertura integral dos subsídios concedidos aos consumidores. Assim, a diferença entre o subsídio efetivamente realizado e o adiantamento recebido é apurada para fins de inclusão no próximo reajuste tarifário.

c.5) Cooperativas:

A Resolução 205/05, estabeleceu os procedimentos e as condições gerais para a definição de tarifas básicas e iniciais de cooperativas de eletrificação rural a serem enquadradas como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Os quadros abaixo demonstram as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2008:

	2009			2008		
	Homologados 2009	Não Homologados 2009	Total	Homologados 2008	Não Homologados 2008	Total
Custos Energia Elétrica	(3.889)	(76.454)	(80.343)	12.971	1.369	13.566
Repasse Itaipu	-	44.740	44.740	-	-	-
Proinfra	1.990	-	1.990	788	-	788
Conta de Consumo de Combustível - CCC	4.595	9.687	14.282	2.032	12.103	14.135
Transporte de Itaipu	394	604	998	(68)	-	742
Rede Básica	2.257	14.686	16.943	(1.359)	-	4.740
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	14.389	(14.854)	(465)	(773)	-	27.687
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	929	1.582	2.511	345	-	333
	20.665	(20.009)	656	13.936	1.369	59.171
						74.476

continua →

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em	Receita Operacional		Custo de Energia		Deduções		Despesa Operacional	Caixa Amortização	Resultado Financeiro	Saldo em
	31/12/2007	(nota 22)		(nota 23)		da Receita					31/12/2008
	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Difer.	Amort.	Prov. Perdas			Atualização	
Energia Livre	616	-	-	-	-	-	-	(162)	(601)	425	277
Revisão Tarifária	-	(25.961)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.961)
Descontos TUSD e Irrigação	23.230	15.461	(33.386)	-	-	-	-	-	-	680	5.985
Reajuste Tarifário TUSD - G	-	11.680	(8.176)	-	-	-	-	-	-	-	3.504
Diferimento de Custos e Ganhos tarifários ("CVA")	7.797	-	-	57.232	(19.507)	22.802	2.381	-	-	3.770	74.475
Majoração de PIS e COFINS	3.983	-	-	-	-	-	(4.060)	-	-	77	-
PIS e COFINS - Repasse Geradores	-	258	-	-	-	204	(393)	-	-	-	69
Sobrecontratação	-	-	-	-	-	(7.427)	-	-	-	(37)	(7.464)
Subvenção - Baixa Renda	21.866	30.616	(1.616)	-	-	-	-	-	(48.778)	-	2.088
Outros Componentes Financeiros	4.441	(23.924)	7.038	-	-	6.706	(3.432)	-	-	-	(9.171)
Total Líquido	61.933	8.130	(36.140)	57.232	(19.507)	22.285	(5.504)	(162)	(49.379)	4.915	43.802

4. DISPONIBILIDADES

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Saldos bancários	30.587	30.384	-	-
Aplicações financeiras	61.023	11.601	-	21.821
Total	91.610	41.985	-	21.821

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classes de Consumidores	Saldos Vincidos			Total	
	Vencidos	até 90 dias	> 90 dias	2009	2008
Circulante					
Residencial	44.904	21.749	1.946	68.599	56.817
Industrial	34.124	9.184	8.607	51.915	46.824
Comercial	24.910	5.694	3.531	34.135	27.971
Rural	9.301	2.084	276	11.661	10.576
Poder público	29.893	604	224	30.721	7.778
Iluminação pública	21.359	621	15.627	37.607	59.384
Serviço público	4.297	29	7	4.333	3.882
Faturado	168.788	39.965	30.218	238.971	213.232
Fornecimento não faturado	69.971	-	-	69.971	90.716
Parcelamento de débito de consumidores	15.415	1.615	4.017	21.047	31.934
Ativo regulatório (nota 3)	3.260	-	-	3.260	3.184
Operações realizadas na CCEE	4.591	-	-	4.591	-
Concessionária e permissionária	7.448	-	-	7.448	6.259
Arrecadação em processo de classificação	1.256	-	-	1.256	8.247
Outros	-	-	-	-	17.414
Total	270.729	41.580	34.235	346.544	370.986
Não Circulante					
Parcelamento de débitos de consumidores	50.305	-	-	50.305	39.866
Ativo regulatório (nota 3)	38	-	-	38	3.078
Total	50.343	-	-	50.343	42.944

Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores principalmente através de repasse de arrecadação do ICMS com intervenção bancária. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa (nota 7).

Outros - Em 2008 a Sociedade possuía valores a receber no montante de R\$ 16.774 junto a AES Uruguaiana Ltda, referente a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais foram liquidados durante o exercício de 2009.

6. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	3.862	10.461	-	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	951	1.399	-	-
ICMS a Compensar	14.456	13.628	18.830	18.109
Outros	-	430	-	-
Total	19.269	25.918	18.830	18.109

7. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	2009		2008	
	Saldo Inicial	Provisão constituída	Saldo Inicial	Provisão constituída
Provisão constituída	(27.165)	843	(31.831)	(16.415)
Recuperação da receita	-	8.703	-	7.249
Baixas de Contas a Receber Provisionadas	-	9.342	-	13.832
Saldo Final	(8.277)	(8.277)	(27.165)	(27.165)

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Ativo Regulatório (nota 3)	29.486	8.938	-	-
Outros	969	745	1.184	1.629
Total	30.455	9.683	1.184	1.629

9. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

	2009		2008	
	Créditos Fiscais	Débitos Fiscais	Créditos Fiscais	Débitos Fiscais
Crédito de Contribuição Social				
Benefício fiscal do ágio incorporado	44.378	-	47.447	-
Diferenças temporariamente indedutíveis	11.710	-	14.455	-
Subtotal	56.088	-	61.902	-
Crédito de Imposto de Renda				
Benefício fiscal do ágio incorporado	183.269	-	195.944	-
Diferenças temporariamente indedutíveis	31.603	-	40.154	-
Subtotal	214.872	-	236.098	-
Total	270.960	-	298.000	-
Circulante	29.148	-	26.886	-
Não circulante	241.812	-	271.114	-
Total	270.960	-	298.000	-

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Mensuradas ao custo	Remuneração	Condições de Amortização	Garantias	2009			2008		
				Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante
Moeda Nacional									
BNDES - Investimento									
BNDES - FINEM 2008-2009 Subcrédito "A"	TJLP + 3,28 a 3,40% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010 a dezembro de 2014	Arrecadação da venda de energia/Fiança da CPFL Energia S.A.	687	34.547	138.190	382	-	96.099
BNDES - FINEM 2006-2007	TJLP + 5,0% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008 a dezembro de 2012	Arrecadação da venda de energia/Conta Reserva	311	22.325	44.649	415	22.298	66.893
Outros									
Eletrobrás	RGR + 6,0% a.a.	120 parcelas mensais a partir de agosto de 2006	Arrecadação da venda de energia / Notas Promissórias	-	1.020	11.075	-	531	10.778
Fundação ELETROCEEE	INPC + 9,0% a.a.	180 parcelas mensais a partir de agosto de 1997	Arrecadação da venda de energia	-	3.661	5.797	-	3.515	9.080
Consumidores	IGPM + 6,2% a.a.	Diversos contratos	Não existem garantias	-	5.567	6	-	13.227	7
FINEP	TJLP + 4,0% a.a.	49 parcelas mensais a partir de julho de 2006	Arrecadação da venda de energia	1	281	-	3	481	281
Subtotal mensuradas ao custo				999	67.401	199.717	800	40.052	183.138
Mensuradas ao valor justo									
Banco do Brasil	Yên + 5,7778% a.a.	Parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias	-	-	-	3.215	43.472	-
Subtotal mensuradas ao valor justo				-	-	-	3.215	43.472	-
Total				999	67.401	199.717	4.015	83.524	183.138

IGPM: Índice Geral de Preços do Mercado
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

RGR: Reserva Global de Reversão
TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo

Yên: Moeda Japonesa

11. IMOBILIZADO

	2009		2008	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço				
- Distribuição	1.961.875	(805.362)	1.156.513	1.050.041
Terrenos	1.878	-	1.878	1.881
Edificações Obras Civis e Benfeitorias	22.729	(12.761)	9.968	6.534
Máquinas e Equipamentos	1.915.916	(778.663)	1.137.253	1.035.348
Veículos	15.249	(9.768)	5.481	4.020
Móveis e Utensílios	6.103	(4.170)	1.933	2.258
- Comercialização	110.476	(52.081)	58.395	64.830
Terrenos	83	-	83	83
Edificações Obras Civis e Benfeitorias	6.413	(5.305)	1.108	1.365
Máquinas e Equipamentos	101.684	(45.271)	56.413	62.258
Veículos	1.571	(1.130)	441	729
Móveis e Utensílios	725	(375)	350	395
- Administração	23.898	(10.975)	12.923	10.094
Edificações Obras Civis e Benfeitorias	1.743	(824)	919	989
Máquinas e Equipamentos	18.120	(9.052)	9.068	5.992
Veículos	258	(189)	69	29
Móveis e Utensílios	3.777	(910)	2.867	3.084
Subtotal	2.096.249	(868.418)	1.227.831	1.124.965
Em Curso				
- Distribuição	102.588	-	102.588	104.869
- Comercialização	6	-	6	12
- Administração	4.226	-	4.226	8.859
Subtotal	106.820	-	106.820	113.740
Total do Imobilizado	2.203.069	(868.418)	1.334.651	1.238.705
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	-	-	(143.463)	(133.525)
Imobilizado Líquido			1.191.188	1.105.180

Os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 4,59% a.a.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão - Representam os valores recebidos dos consumidores, doações não condicionadas a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na atividade de distribuição. A partir do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, têm seus efeitos anulados no resultado contábil, através da amortização das referidas obrigações.

Análise do Valor de Recuperação

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Sociedade avaliou, ao final do exercício de 2009, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

12. INTANGÍVEIS

O saldo é composto basicamente por softwares, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, por servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos. O ágio decorre da incorporação da sua controladora DOC 3 Participações S.A., cuja a curva de amortização, conforme ofício 564/05 da ANEEL para o exercício de 2009 foi de 4,03% e para o exercício de 2010 é de 3,76%.

	2009		2008	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio DOC3 Participações S.A.	1.120.266	(720.600)	399.666	419.982
Outros Intangíveis	116.481	(58.253)	58.228	60.786
Total	1.236.747	(778.853)	457.894	480.768

A movimentação do intangível para o exercício de 2009 está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	480.768
Adição	-	8.187
Amortização	-	(31.061)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	457.894	457.894

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade realizou análise de recuperação conforme descrito na nota 11.

13. FORNECEDORES

	2009		2008	
	Encargos Circulante	Principal	Encargos Circulante	Principal
Encargos do Serviço do Sistema	-	-	-	23.316
Suprimento de Energia Elétrica	139.132	-	23.942	125.284
Encargos de Uso da Rede Elétrica	23.942	-	23.942	21.067
Materiais				



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.
CNPJ nº 02.016.439/0001-38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme segregado no quadro acima, a Sociedade em consonância com o CPC 14 Instrumentos Financeiros classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensurados ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. A única operação mensurada a valor justo que a Sociedade tinha, foi liquidada durante o exercício de 2009.

Principais Captações:

BNDES - (FINEM - Subcrédito "A") - A Sociedade obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 216.131, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 76.501 e o saldo remanescente estimado de R\$ 39.630 será cancelado. Os juros foram pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

Eletrobrás - No primeiro trimestre de 2009 ocorreu a liberação de R\$ 1.427, que tem a finalidade de financiar parcela das obras implementadas para melhoria no sistema elétrico, para a eficiência da iluminação pública e para a eletrificação rural (Programa de Universalização), tendo como garantia a arrecadação de venda de energia.

Instituição Financeira - No 2º trimestre de 2009 a Sociedade emitiu 185 Notas Promissórias de série única ao valor nominal unitário de R\$ 1.000, que gerou uma captação total de R\$ 185.000 (R\$ 183.300 líquida dos gastos de emissão). O prazo de

vencimento era de 360 dias corridos a contar da data de sua emissão, porém a Sociedade quitou em julho de 2009. A remuneração foi equivalente à variação acumulada de 118% da "Taxa Di over extra-grupo" e foram garantidas por meio de aval da CPFL Energia.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Ano do Vencimento	2009
2011	61.888
2012	60.244
2013	36.008
2014	35.896
Após 2014	5.681
Total	199.717

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada em %		% da dívida	
	2009	2008	2009	2008
IGP-M	(1,71)	9,81	2,08	4,89
TJLP	6,13	6,25	89,88	69,03
CDI	9,88	12,38	-	17,25
Outros	-	-	8,04	8,83
			100,00	100,00

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os financiamentos junto ao BNDES possuem como garantia a prestação de fiança pela controladora CPFL Energia S.A., e a arrecadação da venda de energia no montante de 1,3 vezes o valor da próxima prestação mensal de principal e juros.

Adicionalmente, a Sociedade deverá manter os seguintes indicadores financeiros:
- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo LAJIDA, menor ou igual a 2,5;
- Endividamento Financeiro Líquido dividido pelo Endividamento Financeiro Líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5.

O financiamento junto a Eletrobrás possui restrições em pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Sociedade obriga-se a não assumir, sem expressa autorização da Eletrobrás, novos compromissos financeiros que isoladamente ou conjuntamente superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66,0% do seu ativo fixo.

Diversos empréstimos e financiamentos estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou de controle sobre a gestão da Sociedade.

Adicionalmente, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default).

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

15. DEBÊNTURES

Quantidade em Circulação	Remuneração	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias	Encargos	2009		2008				
						Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	
2ª Emissão												
1ª Série	2.620	IGP-M + 9,6%	IGP-M + 9,73% a.a.	1º de abril de 2011.	Quirografia	1.630	26.200	27.830	2.033	1.903	26.200	30.136
2ª Série	20.380	106,0% do CDI a.a.	106% CDI + 0,12% a.a.	1º de abril de 2009.	Quirografia	-	-	-	7.058	203.800	-	210.858
3ª Emissão												
1ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (i)	100% CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	741	100.000	100.741	1.110	-	100.000	101.110
2ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (ii)	100% CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	6.437	140.000	146.437	9.671	-	140.000	149.671
3ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (iii)	100% CDI + 0,71% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.491	40.000	41.491	2.290	-	40.000	42.290
4ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (iv)	100% CDI + 0,84% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.103	50.000	51.103	1.711	-	50.000	51.711
5ª Série	1	CDI + 0,60% a.a. (iv)	100% CDI + 0,84% a.a.	3 parcelas anuais a partir de dezembro de 2011	Fiança da CPFL Energia	1.103	50.000	51.103	1.711	-	50.000	51.711
4ª Emissão												
1ª Série	185.000	110,30% do CDI a.a.	110,3% CDI + 0,82% a.a.	1º de julho de 2011	Fiança da CPFL Energia	8.758	183.804	192.562	-	-	-	-
						21.263	590.004	611.267	25.584	205.703	406.200	637.487

A Companhia possui operações de "swap", convertendo a remuneração das debêntures da 3ª emissão de "100,0% do CDI + spread de 0,60%" para "% do CDI" correspondente à:

(i) 105,07% do CDI (ii) 104,85% do CDI (iii) 104,90% do CDI (iv) 104,87% do CDI

Em 01 de julho de 2009, foram subscritas 185.000 debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografia. No valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1, que gerou uma captação total de R\$ 185.000 (R\$ 183.489 líquida dos gastos de emissão). A remuneração será paga semestralmente, com primeiro vencimento em janeiro de 2010. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao alongamento de dívidas de curto prazo. O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	2009
2011	336.670
2012	126.667
2013	126.667
TOTAL	590.004

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os índices exigidos são os seguintes:

Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;

Diversas debêntures estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade. O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default).

No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

16. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Por força do edital de privatização, a Sociedade é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETRO-CEEE, que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Sociedade provisionou os valores, apurados através de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação CEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12% a.a.

A suplementação da aposentadoria é do tipo benefício definido, com nível de benefício de 100% da média dos últimos 36 salários, incluindo o benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE (na condição de Entidade Fechada de Previdência Complementar).

Para os colaboradores que tiveram seus contratos sub-rogados da Cia Estadual de Energia Elétrica - CEEE em 1997 as regras estão previstas no estatuto da Fundação e no regulamento do plano.

Este plano tem como principais características:

- a) O plano é único da Sociedade, com patrimônio individualizado por segregação virtual (cotas);
- b) BD - benefício definido, a responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Sociedade;
- c) O plano está fechado para novos participantes desde 1997;
- d) As contribuições são paritárias, de acordo com tabela de contribuição específica, atualizada mensalmente;
- e) A base de cálculo para as contribuições para os ativos é a mesma base do salário de contribuição ao INSS e para os aposentados é o valor definido pela Fundação CEEE;
- f) O Quadro de participantes é composto por colaboradores Ativos, Complementados e Assistidos.

Passivo	2009				
	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complemento de aposentadoria	6.793	(961)	5.832	2.778	3.052
Contribuição à Fundação	1.040	(416)	624	311	313
Total	7.833	(1.377)	6.456	3.089	3.365
Ativo					
Deliberação CVM nº 371/2000 (nota 10)	(10.311)	-	(10.311)	-	(10.311)
Total	(10.311)	-	(10.311)	-	(10.311)

Passivo	2008				
	Valor bruto original	Ajuste a valor presente	Líquido	Circulante	Não Circulante
Complemento de aposentadoria	10.352	(1.686)	8.666	3.541	5.124
Contribuição à Fundação	1.106	(138)	967	4	963
Deliberação CVM nº 371/2000	(7.257)	-	(7.257)	(1.169)	(6.087)
Total	4.202	(1.824)	2.376	2.376	-

O saldo de longo prazo vence conforme segue:

Ano do vencimento	2009	2008
2009	-	410
2010	256	2.371
2011	1.516	1.278
2012	783	2.028
Após 2012	810	-
Total	3.365	6.087

Principais resultados da avaliação atuarial relativo à Deliberação CVM nº 371/2000:

a) Conciliação dos ativos e passivos:

	2009	2008
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	182.615	174.721
Valor justo dos ativos do plano	(212.369)	(180.708)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(29.754)	(5.987)
Ajustes por diferimentos permitidos (Perdas) ganhos atuariais não reconhecidas	11.503	(8.526)
Ativo/Passivo atuarial líquido	(18.251)	(14.513)
Redução no Ativo Atuarial (*)	7.940	7.257
Ativo/Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	(10.311)	(7.257)

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora Sociedade e os participantes, e, portanto foi reconhecido somente 50%.

As movimentações ocorridas nos ativos e passivos são as seguintes:

	2009	2008
Movimentação dos ativos do plano		
Valor justo dos ativos no início do ano	180.708	192.306
Contribuições da patrocinadora	3.138	108
Contribuições de participantes	1.104	82
Rendimento efetivo dos ativos	34.951	(5.370)
Benefício pagos no ano	(7.532)	(6.418)
Valor Justo dos ativos do plano ao final do ano	212.369	180.708
Movimentação dos passivos do plano		
Valor das obrigações no início do ano	(174.721)	(158.354)
Custo do serviço corrente bruto	(1.256)	(1.236)
Juros sobre a obrigação atuarial	(17.626)	(16.010)
Ganhos (perdas) atuariais	3.456	(5.539)
Benefícios pagos no ano	7.532	6.418
Valor das obrigações calculadas ao final do ano	(182.615)	(174.721)

A estimativa do atuário externo para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2010 e as receitas reconhecidas em 2009, são como segue:

	2010 Estimativas	2009 Realizadas
Custo do serviço	1.153	1.256
Juros sobre obrigações atuariais	18.349	17.626
Rendimento esperado dos ativos do plano	(23.717)	(18.387)
Contribuições esperadas do empregador	2.818	-
Contribuições esperadas dos participantes	(951)	(1.095)
Subtotal	(2.348)	(600)
Redução no Ativo Atuarial (*)	1.174	300
Total	(1.174)	(300)

(*) Plano com custeio normal paritário entre a patrocinadora Sociedade e os participantes, e, portanto, reconhecido somente 50%.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação da provisão neste exercício está demonstrada a seguir:

Natureza	2009			Depósito judicial	2008		
	Possível	Provável	Provisão		Possível	Provável	Provisão
Trabalhista	18.615	13.001	13.001	33.684	14.410	16.476	16.476
Cível	203.510	8.774	8.774	11.878	246.682	11.382	11.382
Tributária	301.760	19.383	19.383	5.729	316.343	19.701	19.701
Regulatória	15.230	6.139	6.139	15.147	14.475	5.359	5.359
Total	539.115	47.297	47.297	66.438	591.910	52.918	52.918

A movimentação da provisão neste exercício está demonstrada a seguir:

Natureza	2008		Pagamentos	Atualização Monetária	2009
	Adições	Reversões			
Trabalhista	16.476	(123)	(3.352)	-	13.001
Cível	11.382	493	(3.101)	-	8.774
Tributária	19.701	(908)	-	590	19.383
Regulatória	5.359	3.080	(2.300)	-	6.139
Total	52.918	(3.573)	(8.753)	590	47.297

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a) Trabalhistas:** As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações). Cerca de 61% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Sociedade ou tiveram seus contratos transferidos.
- b) Cíveis:** Referem-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionadas a acidentes ocorridos na rede elétrica da Sociedade, danos a consumidores, acidentes com veículos, pedido de indenização por corte de luz, devolução de valores aos consumidores decorrentes de obras realizadas na rede e majoração de tarifa correspondente a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DAAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".
- c) Tributária:** Dentre as principais causas tributárias, destacamos:
 - em dezembro de 2004 a Sociedade sofreu autuação fiscal da Secretaria da Receita Federal, para os seguintes assuntos:

a) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de itens dos custos não-gerenciáveis (CVA);

b) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.

• autuação da Secretaria da Receita Federal relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;

• o pedido de suspensão da eficácia das decisões da Secretaria da Receita Federal para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Sociedade (beneficiários da Fundação ELETROCEEE);

• cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;

• autuação da Secretaria da Receita Estadual relativa a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de ICMS.

• A Sociedade possui cerca de 4.380 processos que discutem a legalidade da cobrança do PIS e da COFINS incluídos na conta de energia elétrica, embora devidamente autorizados pela ANEEL.

d) Regulatória

As principais contingências de natureza regulatória são as seguintes:

- o aditamento ao contrato de mútuo entre a Sociedade e sua ex-subsidiária integral Sul

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, não submetidos à anuência da ANEEL;
 * o aval da Sociedade para o empréstimo tomado pela sua ex-subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, não submetidos à anuência da ANEEL;
 * atendimento das metas dos indicadores de continuidade DEC - Duração equivalente de interrupção por cliente e FEC - Frequência equivalente de interrupção por consumidor, relativas aos anos de 2005, em pagamento, 2007 e 2008 (TAC).
 A Administração da Sociedade baseada na opinião de seus assessores legais entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não Circulante	
	2009	2008	2009	2008
Consumidores	2.950	2.362	-	-
Passivos Regulatórios (nota 3)	15.731	45.873	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	2.544	2.291	9.941	23.717
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.000	2	30.716	16.096
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	652	4.999	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	500	2.674	-	-
Juros sobre Empréstimos Compulsórios	415	455	-	-
Folha de Pagamento	1.447	1.573	-	-
Participação nos Lucros e Resultados (nota 26)	3.791	3.681	-	-
Contribuição Iluminação Pública	3.782	11.772	-	-
Outros Credores Transferência de ICMS	7.051	4.574	-	-
Multa ANEEL TAC (DEC e FEC)	10.877	-	-	-
Outros	719	4.501	1.970	2.712
Total	60.459	84.757	42.627	42.525

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Sociedade está assim distribuído em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

	2009			2008		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CPFL Energia	656.502.716	150.665.862	807.168.578	656.502.716	150.665.862	807.168.578
Conselho de Administração	4	-	4	4	-	4
Total das ações	656.502.720	150.665.862	807.168.582	656.502.720	150.665.862	807.168.582

21.1 - A composição das Reservas de Capital é como segue:

	2009	2008
Ágio na subscrição de ações Preferenciais	62.536	62.536
Benefício fiscal do ágio incorporado CPFL Serra	243.389	264.326
Remuneração sobre o Capital Próprio	6.916	6.916
Subvenção para Investimento - Finor	221	221
Total	313.062	333.999

21.2 - Reservas de Lucros: Compreende o saldo da Reserva Legal.

21.3 - Aumento de Capital Social

Através da AGO/E de 26 de março de 2009, foi aprovado o aumento de Capital Social da Sociedade no montante de R\$ 20.937 referente a capitalização do benefício fiscal do ágio de incorporação da CPFL Serra apurado nos exercícios de 2007 e 2008, sem emissão de novas ações.

Em 2010 deverá ser objeto de deliberação em AGO/E a capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2009, no montante de R\$ 15.743.

21.4 - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em junho de 2009 a declaração: i) juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 36.816 (R\$ 31.294 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada ação o valor R\$ 0,0447757778 (R\$ 0,038059411 líquido de IRRF) para ações ordinárias e R\$ 0,0492533555 (R\$ 0,041865352 líquido de IRRF) para ações preferenciais e; ii) dividendo intermediário no montante de R\$ 41.002, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,0498658630 para ações ordinárias e R\$ 0,0548524490 para ações preferenciais, referente aos resultados do primeiro semestre de 2009.

Adicionalmente, em novembro de 2009, ocorreu nova aprovação por parte do mesmo

22. RECEITA OPERACIONAL

Receita de Operações com Energia Elétrica	Consumidores (*)		GWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Classe de Consumidores						
Residencial	951.786	919.716	1.808	1.686	888.146	790.963
Industrial	23.358	22.216	2.294	2.559	772.603	814.436
Comercial	105.225	104.366	1.080	1.005	513.495	458.316
Rural	139.805	140.034	1.063	1.026	202.516	186.843
Poderes Públicos	10.384	10.256	134	130	65.602	62.703
Iluminação Pública	283	276	224	222	56.030	53.105
Serviço Público	1.726	1.565	202	201	70.094	68.023
Fornecimento Faturado	1.232.567	1.198.429	6.805	6.829	2.568.486	2.434.389
Consumo Próprio	124	124	4	3	-	-
Fornecimento Não Faturado (Líquido)	-	-	-	-	(1.528)	8.298
Encargos Emergenciais - ECE / EAEE	-	-	-	-	-	2
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	23.651	(57.010)
Reclassificação para a Atividade de Distribuição	-	-	-	-	(1.243.934)	(1.164.990)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.232.691	1.198.553	6.809	6.832	1.346.675	1.220.689
Concessionárias e Permissionárias	6	6	373	366	62.760	54.762
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	39	-	8.463	2.430
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica	1.232.697	1.198.559	7.221	7.198	1.417.898	1.277.881
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	1.243.934	1.164.990
Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	-	-	-	-	84.383	72.768
Ativos e Passivos regulatórios - Baixa Renda	-	-	-	-	32.424	29.000
Outras Receitas	-	-	-	-	33.836	21.471
Outras Receitas Operacionais					1.394.577	1.288.229
TOTAL					2.812.475	2.566.110

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Em consonância com o Despacho nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, da ANEEL, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das demonstrações financeiras, a Sociedade efetuou a reclassificação de parte dos valores relacionados às receitas da rubrica "Fornecimento de Energia Elétrica", atividade de Comercialização para "Outras Receitas Operacionais", atividade de Distribuição, sob o título de "Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo".

23. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Energia Comprada para Revenda	GWh (*)		R\$	
	2009	2008	2009	2008
Itaipu Binacional	1.992	2.009	207.986	177.107
Cia de Geração Térmica Energia Elétrica - CGTEE	226	302	22.638	28.140
Tractebel Energia S.A.	3.882	4.033	570.278	556.771
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	-	-	50.858	-
AES Uruguaiiana Ltda.	149	1.243	48.826	112.690
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	2.622	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.388	587	151.527	58.822
Proinfa -	180	125	29.712	16.139
Outros	500	21	8.645	50.334
	8.317	8.320	1.093.092	1.000.003
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	37.128	(3.763)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(94.484)	(94.976)
Subtotal			1.035.736	901.264
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição				
Encargos da Rede Básica	-	-	166.667	143.424

Consumidores: As obrigações referem-se a contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no programa de Universalização.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - A Sociedade vem reconhecendo passivos relacionados aos programas de Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética, programas estes definidos por meio do Contrato de Concessão, tendo a finalidade de garantir a otimização da malha de distribuição da Concessionária de energia elétrica, tornando-a mais eficiente. Estes programas prevêm a constituição de obrigações equivalentes a 1% da Receita Operacional Líquida, sendo ainda, mensalmente atualizadas com base na Taxa SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Contribuição de iluminação pública: A Emenda Constitucional nº 39/2002 instituiu a Contribuição de iluminação pública destinada ao custeio do serviço de fornecimento de energia para alimentar a rede de iluminação pública instalada nas áreas urbanas e de expansão dos Municípios e Distrito Federal, inclusive manutenção a ser cobrada de todos os beneficiários do serviço, nos termos da Emenda Constitucional, previsto no Artigo 149-A da Constituição Federal.

Multa ANEEL TAC (DEC e FEC): Multa relacionada ao atendimento de indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Cliente) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor), o qual esta sendo pago em 12 parcelas, sendo a última em junho de 2010.

	2009			2008		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
CPFL Energia	656.502.716	150.665.862	807.168.578	656.502.716	150.665.862	807.168.578
Conselho de Administração	4	-	4	4	-	4
Total das ações	656.502.720	150.665.862	807.168.582	656.502.720	150.665.862	807.168.582

Conselho sobre a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 35.346 (R\$ 30.044 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,042987498 (R\$ 0,036539373 líquido de IRRF) para ações ordinárias e R\$ 0,047286248 (R\$ 0,040193311 líquido de IRRF) para ações preferenciais referente aos resultados do segundo semestre de 2009.

A Sociedade efetuou em 2009 pagamentos nos montantes de R\$ 27.855 e R\$ 62.602 referentes basicamente a dividendos e juros sobre o capital próprio (líquido de IRRF), declarados em 31 de dezembro de 2008 e de 30 de junho de 2009 respectivamente.

21.5 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido, através da declaração e provisionamento de R\$ 50.389 na forma de dividendo, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 0,061283458 para ações ordinárias e R\$ 0,067411804 para ações preferenciais, conforme demonstrado a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	163.373
Dividendos prescritos	180
Lucro Líquido Base para Destinação	163.553
Dividendos Intermediário	(41.002)
Juros Sobre Capital Próprio Intermediário	(72.162)
Dividendos Propostos	(50.389)
Em conformidade com a legislação societária, a Sociedade optou por não constituir a Reserva Legal, uma vez que essa reserva, acrescida do montante das Reservas de Capital excedeu a 30% do Capital Social.	

	R\$	
	2009	2008
Encargos de Transporte de Itaipu	14.396	13.406
Encargos de Conexão	35.106	31.582
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	13.609	38.721
Encargos de Energia de Reserva	625	-
	230.403	227.133
Ativos e Passivos Regulatórios	17.092	(33.962)
Crédito de PIS e COFINS	(25.731)	(13.142)
Subtotal	221.764	180.029
Total	1.257.500	1.081.293

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Em conformidade com o Despacho nº 4.722/2009 da ANEEL, a Sociedade efetuou a reclassificação dos valores relacionados à quota do PROINFA, referentes aos valores faturados aos consumidores livres, da rubrica "Custo do Serviço de Energia Elétrica, Energia Comprada para Revenda" para "Deduções da Receita Operacional, Encargos do Consumidor - Outros - PROINFA", sendo R\$ 3.353 e R\$ 2.115, relativos aos exercícios de 2009 e 2008, respectivamente.

24. DESPESAS OPERACIONAIS

	2009	2008
Despesas com vendas		
Pessoal	21.535	20.016
Material	710	776
Serviços de terceiros	9.258	8.912
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(9.546)	9.328
Depreciação e amortização	5.783	5.240
Taxa de arrecadação	8.739	8.886
Outras	7.691	8.154
Total	44.170	61.312

	2009	2008
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	24.972	20.210
Material	429	580
Serviços de terceiros	27.189	27.719
Arrendamentos e aluguéis	2.150	2.331
Depreciação e amortização	10.950	7.107
Publicidade e Propaganda	1.096	1.214
Legais, Judiciais e Indenizações	10.117	428
Doações, Contribuições e Subvenções	1.427	1.920
Outras	8.426	13.455
Total	86.756	74.964

Outras Despesas Operacionais

Taxa de fiscalização ANEEL	3.456	3.400
Amortização de ágio por incorporação	20.316	22.685
Provisão de Perda com RTE e Energia Livre	85	162
Perda (Ganho) na Alienação e Desativação de Ativo Não-Circulante	13.795	16.260
Total	37.652	42.507
Total	168.578	178.783

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2009	2008
RECEITAS		
Renda de Aplicações Financeiras	6.885	15.530
Acréscimos e Multas Moratórias	38.672	30.630
Atualizações Monetárias e Cambiais	13.726	3.911
Remuneração CVA	4.196	3.770
Remuneração da Revisão e Reajuste Tarifário	121	679
Outras	3.580	2.594
Total	67.180	57.114
DESPESAS		
Encargos de Dívidas	(86.031)	(105.311)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(21.618)	(20.755)
Multa ANEEL - DEC e FEC	(19.543)	-
Outras	(7.559)	(4.681)
Subtotal	(134.751)	(130.747)
Juros sobre o Capital Próprio	(72.162)	(73.632)
Total	(206.913)	(204.379)
RESULTADO FINANCEIRO	(139.733)	(147.265)

26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2009 foi de R\$ 3.653 e em 2008 foi de R\$ 4.882. Após a antecipação paga no exercício de 2009, o saldo remanescente provisionado é de R\$ 3.791 (nota 20).

27. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Sociedade é controlada diretamente pela CPFL Energia S.A., empresa controlada em conjunto pela VBC Energia S.A., Fundo BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações e Bonaire Participações S.A..

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Sociedade. Foram consideradas como tendo influência significativa, aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle. Os saldos e transações envolvendo partes relacionadas estão demonstrados nos quadros 27.1 e 27.2.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

a) Saldo Bancário e Aplicação Financeira - Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras, conforme descrito na nota 4.

b) Empréstimos, Financiamentos e Derivativos - Corresponde a captação de recursos conforme descrito na nota 14, contrat

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Saldo Bancário e Aplicação Financeira								
Banco do Brasil S.A.	3.523	1.667	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Derivativos								
Banco do Brasil S.A.	-	15.474	-	46.766	-	-	2.331	3.410
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	2.670	3.383	712	178	450	402
Imobilizado, Materiais e Prest. Serviço								
Brasil Telecom S.A.	-	-	-	56	-	-	831	1.076
Companhia Brasileira de Alumínio (*)	-	-	-	-	-	-	-	3.002
Petroflex Ind. e Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	4.316
Outras Receitas								
Brasil Telecom S.A.	890	-	-	-	9.794	10.499	-	-

(*) Em 31/12/2009 não se enquadram como partes relacionadas.

27.2 Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	71.173	59.110	-	-	72.162	73.632
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	408	408	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
CPFL Paulista	-	-	-	-	179	-	-	-
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Paulista	-	-	122	-	-	-	1.111	-
Suprimento de Energia								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	20.994	(992)	-	-	151.527	52.185

28. SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerado suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da Apólice	2009	2008
Ativo Imobilizado	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas e Danos Elétricos	179.824	199.316
Material Estocado	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	13.833	10.500
Automóveis	Cobertura Compreensiva	72	107
Responsabilidade Civil	Distribuidoras de Energia Elétrica	3.891	3.836
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	11.815	64.888
Outros	Outros	5.218	7.334
Total		214.653	285.981

Informações não examinadas pelos auditores independentes

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, tendo como características: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) mensurados ao valor justo contra resultado, (iii) mantidos até o vencimento e, (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

i. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 5) e (ii) outros créditos (nota 10).

ii. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado da Sociedade.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4) e (ii) derivativos.

iii. Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

iv. Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido da Sociedade.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e, (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

i. Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou, (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Sociedade classificou nesta categoria o seguinte passivo financeiro: (i) derivativos.

ii. Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 13), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 14), (iii) encargos de dívidas (nota 14), (iv) encargos de debêntures (nota 15), (v) debêntures (nota 15) e (vi) outras contas a pagar (nota 20).

b) Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Sociedade compreendem, principalmente, distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Sociedade são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Sociedade trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação ao CDI. Em dezembro de 2009, a Sociedade não possuía dívida indexada em moeda estrangeira. Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

Risco de Taxa de Juros: Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A Sociedade tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

Risco de Crédito: O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Sociedade como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Risco quanto à Escassez de Energia: A energia vendida pela Sociedade basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume de mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na

aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2009, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, os riscos de qualquer déficit de energia para o ano de 2010 são baixos, tornando remota a possibilidade de um novo programa de racionamento de energia.

Risco de Aceleração de Dívidas: A Sociedade possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros: A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos:

Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração, a Sociedade utiliza-se de sistema de software (MAPS), tendo condições de calcular o VaR - *Value at Risk*, *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Sociedade está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contrata-

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Valores a custo, líquidos
	Ativo	(Passivo)	Valores de mercado, líquidos		
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo					
Hedge variação de taxa de juros					
Citibank	107	(59)	48	15	33
Santander	481	(54)	427	167	260
Subtotal	588	(113)	475	182	293
Total	588	(113)	475	182	293
Circulante	543	-	543	-	-
Não circulante	45	(113)	(68)	-	-
Total	588	(113)	475		

* Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15

Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade mensal, assim o valor noacional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

A Sociedade tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizam os impactos de variação cambial e taxas de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o exercício de 2009 e de 2008 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado:

Risco protegido/ operação	Conta contábil	2009	2008
Variação cambial	Despesa financeira - Adm. Outras desp financeiras	(11.743)	16.153
	Despesa financeira - Adm. Outras desp financeiras	514	302
Variação de taxas de juros	Despesa financeira - derivativos ajustes fair value	198	251
Marcação a mercado		(11.031)	16.706

e) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Supondo (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2009 seja mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados para esta data base permaneçam estáveis (CDI 9,88% a.a.; IGP-M -1,72% a.a.; TJLP 6,13% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para o próximo exercício social seria uma despesa financeira líquida de R\$ 65.915. Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I*	Elevação de índice em 25%**		Elevação de índice em 50%**	
Instrumentos financeiros ativos	122.063	variação CDI	586	3.015	6.030		
Instrumentos financeiros passivos	(645.017)	variação CDI	(3.096)	(15.932)	(31.864)		
Derivativo - swap Plain Vanilla	475	variação CDI	2	12	23		
	(522.479)		(2.508)	(12.905)	(25.811)		
Instrumentos financeiros passivos	(27.830)	variação IGP-M	(1.798)	(120)	(239)		
Instrumentos financeiros passivos	(240.991)	variação TJLP	313	(3.693)	(7.386)		
Total de redução (aumento)	(791.300)		(3.993)	(16.718)	(33.436)		

* Os índices de CDI, IGP-M e TJLP considerados de: 10,36%, 4,74% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

**Conforme requerimento da Instrução CVM 475/08

30. UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural - Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes.

Foram ligados 13.764 novos consumidores com o custo total estimado em R\$ 95.342, no qual a Sociedade concluiu em dezembro de 2008 todas as instalações previstas para o programa. Mesmo após o cumprimento das metas de universalização apresentadas para a ANEEL, a Sociedade continuou efetuando ligações a consumidores, cujas

dos pela Sociedade suportada, por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Sociedade tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a administração considera como risco. Adicionalmente a Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, em função da controladora CPFL Energia estar sujeita aos requisitos da lei Sarbanes-Oxley, a Sociedade possui políticas internas de controles que primam por um ambiente rígido de controle para a minimização da exposição dos riscos.

c) Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, BOVESPA e ANDIMA. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouca liquidez, principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia elétrica, aspectos regulatórios, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isto ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado, a Sociedade possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia acima, são como segue:

	2009		2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	(268.117)	(256.863)	(223.990)	(199.705)
Debêntures (nota 14)	(611.267)	(620.380)	(637.487)	(642.206)
Total	(879.384)	(877.243)	(861.477)	(841.911)

d) Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade possui por prática utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos.

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade são swaps, taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. A Sociedade possui swaps de moeda contratados cujos prazos eram perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, entretanto, as dívidas e swaps foram liquidados durante o ano de 2009. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Ademais, a Sociedade não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2009 a Sociedade detinha as seguintes operações de swap:

	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação
CDI + spread	107	(59)	48	15	33	06/2010 a 12/2013	100.000	Balcão
CDI + spread	481	(54)	427	167	260	01/2010 a 12/2013	280.000	Balcão
Subtotal	588	(113)	475	182	293			
Total	588	(113)	475	182	293			

características enquadram-se no Programa de Universalização.

Dos montantes previstos pela Eletrobrás no valor de R\$ 50.183, foram liberados até o final do exercício de 2009, o montante de R\$ 37.180, não encerrando-se os créditos destes contratos junto a Eletrobrás. A participação da Concessionária foi de R\$ 58.162, desde 2004.

Informações não examinadas pelos auditores independentes

31. MEIO AMBIENTE

Gastos relacionados a operação da empresa	2009		2008	
	Investimento	Despesa	Investimento	Despesa
Implantação de reflorestamentos compensatórios	16	-	22	-
Medidas de proteção ambiental na construção de Linhas de Transmissão de Energia	224	-	47	-
Projetos de pesquisa e desenvolvimento voltados à preservação do meio ambiente	88	-	110	-
Construção de caixas de concreto para contenção de vazamentos acidentais de óleo em Subestações	320	-	135	-
Construção de pisos para armazenamento de transformadores, incluindo caixas separadoras de óleo	75	-	300	-
Medidas de proteção ambiental na construção de redes de distribuição	381	-	503	-
Despesas com mão de obra diretamente relacionada ao Sistema de Gestão Ambiental	-	248	-	243
Programa de licenciamento de LT's antigas e taxas de licenciamento Ambiental	-	27	-	-
Despesas diversas para funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental	-	50	-	89
Total	1.104	325	1.117	332
	2009	2008		

Gastos em programas e/ou projetos externos

	Investimento	Despesa	Investimento	Despesa
Programa de Eficiência Energética para Serviços Públicos, Prédios Públicos, Baixa Renda e Industrias	-	9.955	-	4.900
Projetos de recuperação de matas ciliares	121	-	184	-
Total	121	9.955	184	4.900

Através de seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela Norma ISO 14001 desde 2007, a RGE busca aprimorar de forma contínua a sua atuação frente às demandas ambientais.

As ações da empresa para manutenção do SGA executadas no ano de 2009 representaram investimento da organização na ordem de R\$ 1.550, em projetos e programas ambientais internos e externos.



Uma empresa CPFL Energia

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.439/0001-38



Companhia Aberta

www.cpfl.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de óleo em mais seis SEs; construção de pisos impermeáveis para armazenamento de transformadores, incluindo caixas separadoras de óleo em mais três EAs; continuidade de Projeto de P&D com foco em meio ambiente; projeto de apoio para o Arboreto Alto Uruguai no município de Barão de Cotegipe, em virtude de regularização do licenciamento ambiental para LTs antigas. Juntas, estas ações representaram investimento de R\$ 500. Outras ações com menores investimentos associados, porém com significativa relevância também merecem destaque, como a eliminação do uso de estopas descartáveis para manuseio de equipamentos com óleo e graxa através da substituição por panos laváveis; a participação e premiação da RGE no Prêmio

Expressão de Ecologia 2009, com o case "A valorização do cliente no Sistema de Gestão Ambiental RGE" e a reestruturação do site de Gestão Ambiental da empresa. Para o exercício de 2010 a Sociedade prevê realização com os programas de Eficiência Energética no montante de R\$ 13.831, os quais, em sua grande maioria, deverão ser apropriados à despesa operacional. Informações não examinadas pelos auditores independentes.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Aditivo ao Contrato de Concessão. Em 2 de fevereiro de 2010, em Reunião Pública Ordinária, a ANEEL aprovou proposta para o termo aditivo aos contratos de concessão

das distribuidoras de energia elétrica. Este termo aditivo altera a metodologia de cálculo do reajuste tarifário anual, retirando de sua base de cálculo o efeito da variação de mercado sobre os Encargos Setoriais.

Atualmente, a administração da Sociedade analisa o referido termo aditivo que será posteriormente submetido à deliberação pelo Conselho de Administração.

A nova metodologia será aplicada no próximo reajuste tarifário previsto para ocorrer em abril de 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Presidente

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD
Vice-presidente

JOÃO ALBERTO SCHMIDT
Conselheiro

DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR
Diretor Presidente

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA FILIPPO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

HÉLIO VIANA PEREIRA
Diretor de Distribuição

HÉLIO PUTTINI JUNIOR
Diretor de Assuntos Regulatórios

JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO
Diretor Administrativo

PAULO CEZAR COELHO TAVARES
Diretor de Gestão de Energia

CONTABILIDADE

PAULO RÉGIS BARATO DA SILVA
Gerente de Contabilidade
CRC RS 051887/O-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Rio Grande Energia S.A.
Caxias do Sul - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da **Rio Grande Energia S.A.**, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira

da Rio Grande Energia S.A. em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2010



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2